

Diagnóstico da rede de cooperação agroindustrial e logística na área de livre comércio de Guajará-Mirim-Ro**Diagnosis of the agro-industrial and logistic cooperation network**

DOI:10.34117/bjdv5n8-096

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 23/08/2019

Sérgio Nogueira do Nascimento

Mestrando do Mestrado Acadêmico em Administração

Instituição: Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Endereço: Campus José Ribeiro, BR 364, km 9,5 Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas –
NUCSA Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: adm_serzionogueira@yahoo.com

Eliane Alves da Silva

Mestranda do Mestrado Acadêmico em Administração

Instituição: Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Endereço: Campus José Ribeiro, BR 364, km 9,5 Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas –
NUCSA Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: elianealvesil@yahoo.com.br

Mariluce Paes de Souza

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UFPA

Instituição: Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Endereço: Campus José Ribeiro, BR 364, km 9,5 Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas –
NUCSA Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: mariluce@unir.br

Haroldo de Sá Medeiros

Doutor em Administração de Empresas pela UNIFOR

Instituição: Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Endereço: Campus José Ribeiro, BR 364, km 9,5 Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas –
NUCSA Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: haroldo.medeiros@unir.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever os condicionantes do processo de consolidação da rede de cooperação da agroindústria da cidade de Guajará-Mirim com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. É relevante, pois contribui para análise acerca dos processos de formulação e implementação de políticas públicas para a gestão de mercados agroindustriais em zona de fronteira. Trata-se de pesquisa exploratória utilizando em dados secundários obtidos por meio de consulta à base de dados de instituições públicas. Considerando o objeto do estudo, foi feita a opção pela avaliação qualitativa como o método

mais apropriado para a investigação do tema. Para a interpretação dos dados utilizou-se a ótica da teoria de redes colaborativas. Os resultados demonstram a complexidade do processo e como acontecem as inter-relações entre os atores na formulação e implementação de políticas públicas. Concluiu-se que o parque agroindustrial de Guajará-Mirim ainda é pequeno, porém se reconhece redes de colaboração agrupadas na tentativa de desenvolver um Arranjo Produtivo Local (APL), cuja evolução depende da comunicação entre seus componentes.

Palavras-chave: Área de Livre Comércio, Rede de Cooperação, Guajará-Mirim-RO, Agroindústria.

ABSTRACT

The main purpose of this study was to consolidate the agribusiness cooperation network of the city of Guajará-Mirim with the government agencies and civil society organizations. This study is important because contributes to the process of formulation and implementation of public policies to management agroindustrial park in frontier zone. . It is an exploratory research using secondary data through consultation of the database from public institutions. Taking in consideration the object of the study, was made qualitative evaluation whereas the most appropriate method for the investigation of the theme. The theory of collaborative networks was used to interpret the data. The results demonstrate a complexity of the process and how happen interrelations between the actors in the formulation and the diffusion of public policies. It was concluded that the agroindustrial park of Guajará-Mirim is still small, but it was noticed that the collaborative networks are grouped to create a Local Productive Arrangement (LPA), which his evolution depends on communication between its components.

Key words: Free Trade Area, Cooperation Network, Guajará-Mirim-RO, Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil seguiu padrão de que a fronteira é concebida como área de segurança nacional a ser protegida de inimigos externos. No entanto, somente nos últimos anos passou a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas, fato este, provavelmente ligado à recuperação do regime democrático no continente, após longo período de ditaduras. Assim, o momento atual pode ser caracterizado como um momento de passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma “concepção de aproximação, união e abertura num espaço integrador sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento por meio de ações conjuntas entre países vizinhos (MACHADO *ET AL.*, 2005; NASSER; MORAES, 2014).

A intensa circulação de pessoas e mercadorias transfronteira dada por movimentos pendulares de trabalhadores ou cidadãos em busca de atendimento por serviços oferecidos no outro lado da fronteira ou simplesmente em busca de lazer, faz parte de um modo de viver particular das populações da Zona de Fronteira, que procura aproveitar as vantagens que este

tipo de localização pode proporcionar. Entretanto, os aparatos de controle dos Estados tendem a restringir estes movimentos, comprometendo a eficiência das relações transfronteiriças, daí a demanda das populações da Zona de Fronteira pela adequação dos marcos legais de cada país, às situações que de fato ocorrem nestes espaços. Neste sentido, os legisladores são confrontados com questões complexas que demandam um olhar atento de modo a estabelecer medidas justas e equilibradas. Um exemplo destas dificuldades legais é o de definir o que é comércio fronteiriço e o que é exportação (MACHADO *ET AL.*, 2005; GATTI, 2016).

Neste contexto se relacionam aspectos evolutivos que envolvem o conceito de redes de cooperação interorganizacional. A dinâmica de relacionamentos presente nesses tipos de redes representa para o cenário empresarial algumas possibilidades estratégicas de acesso a novos mercados consumidores ou, em alguns casos, à manutenção de mercados atuais. Assim, o estudo do processo evolutivo das redes de cooperação tornou-se um tema recorrente entre estudiosos organizacionais, resultando na proliferação de proposições teóricas que analisam as diferentes etapas no gerenciamento do ciclo de vida das redes (ZANCAN *ET AL.*, 2013).

Estudos ressaltam a importância das redes de cooperação como estratégias relacionais capazes de propiciar a geração de resultados que transcendem a simples soma dos recursos organizacionais individuais (MÜLLER-SEITZ, 2011; LEE; MONGE, 2011; SIRMON *ET AL.*, 2010; ATOUBA; TURRINI *ET AL.*, 2009; POLETTO *ET AL.*, 2011; KUNZLER; BULGACOV, 2011; BALESTRIN *ET AL.*, 2010). Do mesmo modo, o compartilhamento de recursos e riscos, a sinergia resultante da interação organizacional e a estrutura de relacionamentos produzida proporcionam uma configuração de elementos que pode resultar em aumento de competitividade para organizações que estabelecem redes de cooperação como alternativa de desenvolvimento (POWELL, 1998).

Embora a literatura ressalte a importância das relações interorganizacionais, representadas por redes de cooperação, no entanto, torna-se necessário conhecer os motivos que levam algumas dessas redes a sobreviverem e prosperarem, enquanto outras não. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é descrever os condicionantes envolvidos para o processo de consolidação da rede de cooperação entre a agroindústria da cidade de Guajará-Mirim e órgãos governamentais, assim como organizações da sociedade civil.

Este estudo é uma contribuição para análise acerca dos processos de formulação e implementação de políticas públicas para a gestão de mercados agroindustriais em zona de fronteira, quando analisa os processos de articulação política que ocorreram para a inserção do tema entre o governo e a sociedade civil que possibilitam a criação da política econômica.

Neste estudo reforçam-se suas características particulares e as políticas territoriais que incidem sobre elas. No caso de Guajará-Mirim, vigora uma Área de Livre Comércio (ALC). Ainda que esta legislação especial não tenha todos os seus pontos planejados em vigor, pois as cidades contempladas ainda não podem realizar importações com vantagens fiscais.

A metodologia de análise considerou duas etapas. Primeiramente, buscou-se por dados secundários obtidos por meio de consulta à base de dados de instituições públicas, assim como pesquisas anteriores relacionadas ao desenvolvimento local e redes de cooperação. Na segunda etapa analisou-se sob a ótica da teoria de redes colaborativas, a fase pré-decisional de processos de formação da agenda pública e a especificação de alternativas para tomada de decisões dos agentes governamentais sobre a formulação dos programas a serem implementados na zona de fronteira.

Este artigo está organizado da seguinte maneira. A próxima seção apresenta alguns fatos sobre a criação da Área de Livre Comércio em Guajará-Mirim, sua importância para a economia doméstica e para estado de Rondônia. Em seguida, aborda os aspectos relacionados a redes colaborativas na formação de políticas públicas. Após discussão do referencial teórico, confrontou-se os dados secundários levantados com a teoria fomentada. E por fim, apresentou-se as conclusões e observações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REDES DE COOPERAÇÃO

O conceito de redes de cooperação emergiu no final dos anos de 1970, quando autores como Aldrich e Williamson passaram a utilizar a forma de relacionamento interorganizacional como foco de análise. A influência dessa perspectiva fez com que o tema redes fosse percebido a partir de diferentes enfoques. O primeiro enfoque considerava as redes de cooperação como um novo arranjo voltado à melhoria do desempenho organizacional. O segundo enfoque esteve voltado para o processo de formação e estruturação dos arranjos cooperativos. Por fim, o terceiro enfoque compreendeu os relacionamentos interorganizacionais cooperativos a partir de uma perspectiva temporal de forma mais ampla (MARTES *ET AL.*, 2006).

A partir destes três enfoques o conceito de redes de cooperação se desenvolveu, sendo abordado em diferentes perspectivas na literatura internacional. Por exemplo, publicações no *Strategic Management Journal*, no final dos anos de 1990 (PARK; UNGSON, 1997; STEENSMA *ET AL.*, 2000), passaram a ser estruturadas por grupos específicos de abordagens, a saber: em um primeiro grupo foram reunidos trabalhos cujo tema central

contempla a análise do desempenho das organizações envolvidas em algum tipo de cooperação interorganizacional, além da investigação sobre as vantagens competitivas decorrentes das estratégias de cooperação. O segundo grupo de trabalhos foi composto por artigos que tratam de motivos e condições necessárias para que as organizações adotem ações cooperativas, reunindo em seu entorno o maior número de publicações (KENT, 1991; MERCHANT; SCHENDEL, 2000; MOWERY *ET AL.*, 1996). Em um terceiro grupo foram reunidos artigos que propuseram e testaram modelos teóricos, considerando influências externas e internas do contexto de inserção das redes (CARRÃO, 2004; MÜLLER-SEITZ, 2011; ZANCAN *ET AL.*, 2013).

Sobre pesquisas produzidas no Brasil, o enfoque temático de redes de cooperação pode ser percebido em dois grupos. No primeiro grupo de resultados as redes são investigadas como alternativas estratégicas para a sobrevivência organizacional, revelando resultados que configuram tipos inovadores de alianças entre organizações (ou grupo de organizações) no gerenciamento dos relacionamentos interorganizacionais desenvolvidos. No segundo grupo de resultados estão situados aqueles estudos que consideram como objetivo a aplicação das técnicas de análise de redes sociais (ARS), ou seja, preocupam-se com a demonstração de resultados que revelem padrões estruturais dos relacionamentos organizacionais estabelecidos em forma de rede (BRITO *ET AL.*, 2017; BALESTRIN *ET AL.*, 2010; ZAJAC; OLSEN, 1993).

No contexto interorganizacional brasileiro as redes têm sido apontadas como alternativas estratégicas para a sobrevivência empresarial. Nesse sentido, as redes consistem em um formato que configura uma distinta estrutura organizacional que ganhou notoriedade por combinar eficácia, informalidade e flexibilidade, rompendo com modelos ortodoxos de organização. Originadas de relacionamentos interorganizacionais, essas arquiteturas organizacionais expressam o grau de maturidade das articulações dos atores que as compõem, além das instituições em seu entorno, caracterizando um relacionamento ao mesmo tempo dinâmico e complexo (FRANCO, 2007; RING; VAN DE VEN, 1994).

Segundo Franco (2007) entendem-se que redes de cooperação podem ser vislumbradas como estruturas horizontais resultantes de relacionamentos interorganizacionais com ênfase no enfoque coletivo, comportando-se de maneira dinâmica na reconfiguração permanente de suas fronteiras, possibilitando melhor adaptação de recursos diante de objetivos estratégicos compartilhados entre as organizações que as formam. Dessa maneira, as redes podem ser consideradas entidades complexas, definidas como um arranjo único, cuja evolução

depende, por um lado, da sua capacidade de facilitar a comunicação entre seus componentes e, por outro,

da coerência entre seus objetivos com os seus componentes (THOMPSON, 2003).

Este conceito sugere que as redes de cooperação são estruturas interorganizacionais, capazes de superar limites durante sua trajetória evolutiva por meio da coordenação de recursos

compartilhados, que viabilizam o fomento das atividades inovadoras e promovem sua evolução.

Isto indica que, para o desenvolvimento interorganizacional ocorrer de forma satisfatória, tem-se a necessidade da existência de um conjunto de condicionantes favoráveis ao processo de consolidação das redes, provenientes do seu ambiente externo de inserção, além daqueles encontrados no contexto interno (ZANCAN *ET AL.*, 2013).

Com o conhecimento prévio desses condicionantes, torna-se possível entender e gerenciar a dinâmica de configuração de uma rede de colaboração. Para Cavalcante e Alves (2012), a cooperação age como ferramenta de ligação entre as pessoas que possuem um objetivo em comum, proporcionando proteção e uma maior eficácia nos processos. No caso de Guajará-Mirim criando uma ambiência capaz de fazer as estruturas das redes consolidarem e prosperarem. A abordagem das redes trabalha com temas relacionados aos limites físicos da organização; a interação da organização com seu ambiente; a coordenação das atividades econômicas dos atores para o alcance de objetivos comuns; a cooperação intra e interfirmas; as alianças estratégicas e os contratos formais e informais; a interdependência das firmas e complementariedade de recursos e capacidades; objetivos compartilhados etc. (JARILLO, 1988; MILES; SNOW, 1992; HATCH, 1997). Na literatura brasileira o arranjo produtivo local é definido como sendo aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que mantêm entre si vínculos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; SANTOS *ET AL.*, 2004).

2.2 SETOR AGROINDUSTRIAL E LOGÍSTICA

Quando se fala no surgimento do setor agroindustrial no Brasil, a princípio, a necessidade de investimento em insumos, maquinário e tecnologias e adaptação dos pacotes desenvolvidos para a agricultura temperada, buscando maior produtividade, serviram como diretrizes para a mudança da agricultura tradicional para a atual. Essa transformação também foi apoiada pelo apoio de uma nova frota de veículos industriais e pela chegada de empresas

multinacionais que produzem insumos modernos, como tratores, pesticidas e fertilizantes. O uso de fertilizantes também aumentou notavelmente nos últimos 50 anos, assim como o dos pesticidas e outros insumos. Na verdade, a indústria começou a determinar a direção e modernização da agricultura com mudanças rápidas causadas por intervenções estatais diretas (CAMARGO *ET AL.*, 2017).

A agricultura passou a ser determinada por um padrão de acumulação industrial, apoiada por complexos agroindustriais ou agrossistemas, e grandes corporações no controle do processo de produção (ELIAS, 2006). Políticas governamentais visando mercados externos priorizam grandes e médios produtores, já que seriam mais capazes de absorver novas tecnologias e responder mais rapidamente aos incentivos governamentais (BEINTEMA *ET AL.*, 2010). Ocorreu o declínio do emprego no trabalho rural e o consequente desemprego nas áreas rurais foram um dos resultados do apoio tecnológico fornecido na forma de maquinaria e insumos para a produção e a lógica do trabalho e do capital foram integrados em este processo de modernização. Consequências imediatas foram o êxodo rural para as cidades, um aumento significativo da população urbana (RADA; VALDES, 2012; SPOLADOR; ROE, 2013), demanda por mais alimentos, aumento da pobreza dos pequenos agricultores e o abandono da policultura. Esse processo de exclusão social foi mais pronunciado no Norte e Nordeste, uma vez que as regiões Sul e Sudeste se beneficiaram mais das políticas governamentais (PEREIRA, 1999), estimulando a produção de culturas de exportação.

Conforme Delgado (2012), o mercado derrubou os preços das commodities agrícolas. Motivado pelo medo da escassez doméstica, as políticas cambiais de preços mínimos e tecnologias possibilitaram o desenvolvimento do setor agrícola em meio a um ambiente econômico desfavorável. Outro determinante na modernização da agricultura brasileira foi uma redução no controle governamental e no financiamento da agricultura, maior abertura comercial, acesso internacional dos mercados agrícolas locais, superando o padrão tecnológico da fase anterior, estabelecimento de novos padrões científicos, entre outros fatores que iniciaram uma nova fase da agricultura brasileira chamada agricultura científica global (FREDERICO, 2013).

Os empreendimentos agroindustriais entram no espaço agrário amazônico a partir das políticas empreendidas pelos militares para a região na década de 1970, com o Plano de Desenvolvimento Nacional e sua leitura regional, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, estimuladas pelas políticas de incentivos fiscais concedidos pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, e financiamentos do Banco da Amazônia S/A,

BASA (OLIVEIRA, 1987). Configurou-se nesta fração o território brasileiro uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999).

Os empreendedores do agronegócio se amparam em pesquisas sobre as vantagens competitivas na Amazônia. Buscando atividade produtiva em condições de preservar o meio ambiente sem fortes agressões à floresta nativa. Há escassez percebida dos diferentes tipos de recursos para a produção, comercialização e distribuição de produtos florestais não madeireiros, PFNMs. Por isso entende-se que este setor merece atenção, que devem ser criadas políticas públicas direcionadas às necessidades da região e que seja fomentada a proposição de criação de rede de empreendimentos comunitários visando a integração e a superação das dificuldades, e como um mecanismo em busca de soluções (PAES-DE-SOUZA *ET AL.*, 2011)

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE GUAJARÁ-MIRIM

O estado de Rondônia possui duas perspectivas históricas bem distintas em seu território. A primeira mudança foi evidenciada pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.) na porção mesorregional Madeira-Guaporé que inicialmente fazia desta região a mais dinâmica do território rondoniense até meados do século XX. Contudo, a construção da BR-364, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek e concluída na década de 1960, possibilitou uma nova mudança e fez mudar o eixo de desenvolvimento do Estado para o sentido da “Marcha para o Oeste”, na porção mesorregional Leste Rondoniense (CAVALCANTE, 2011; BECKER, 1990). Rondônia foi até 1976 constituída por somente dois municípios, Guajará-Mirim e Porto Velho, ambos localizados na mesorregião do Madeira-Guaporé. Em 1977 surgiram mais cinco municípios, dando início a uma nova mudança institucional em Rondônia. Assim, foram criados pela Lei n.º 6.448 de onze de outubro de 1977, os municípios de Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno, todos desmembrados de Porto Velho; e Vilhena, desmembrado de Porto Velho e também de Guajará-Mirim (CAVALCANTE, 2011).

Em maio de 1981 foi criado o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil, o POLONOROESTE (1982 – 1992), gerou grandes impactos em Rondônia, pois foi através dele que se efetivou a pavimentação da BR-364. Seu objetivo era de integrar a região ao mercado, transformando a rodovia federal em corredor de exportação. Teve seus aspectos positivo, pois dinamizou a economia do Leste-Rondoniense. Contudo, os fluxos migratórios do sudeste do Brasil, que resultou em assentamentos desordenados, disseminando o desmatamento, a invasão de terras indígenas, a mineração de pequena-escala

que levou à poluição dos rios pelo mercúrio e a predatória extração de madeira que degradava as florestas (CAVALCANTE, 2011; BECKER, 1990). Conforme Ott (2008), o POLONOROESTE, dentre seus cinco principais objetivos, constava o de permitir a integração nacional, a ocupação demográfica da região, o aumento da produção e da renda da população, a redução das disparidades de desenvolvimento em nível inter e intra-regionais e, também, a harmonização desses primeiros objetivos com a questão ambiental e indígena. Mesmo que bem-sucedido nos quatro primeiros objetivos, falhou em preservar os princípios ecológicos e antropológicos da região.

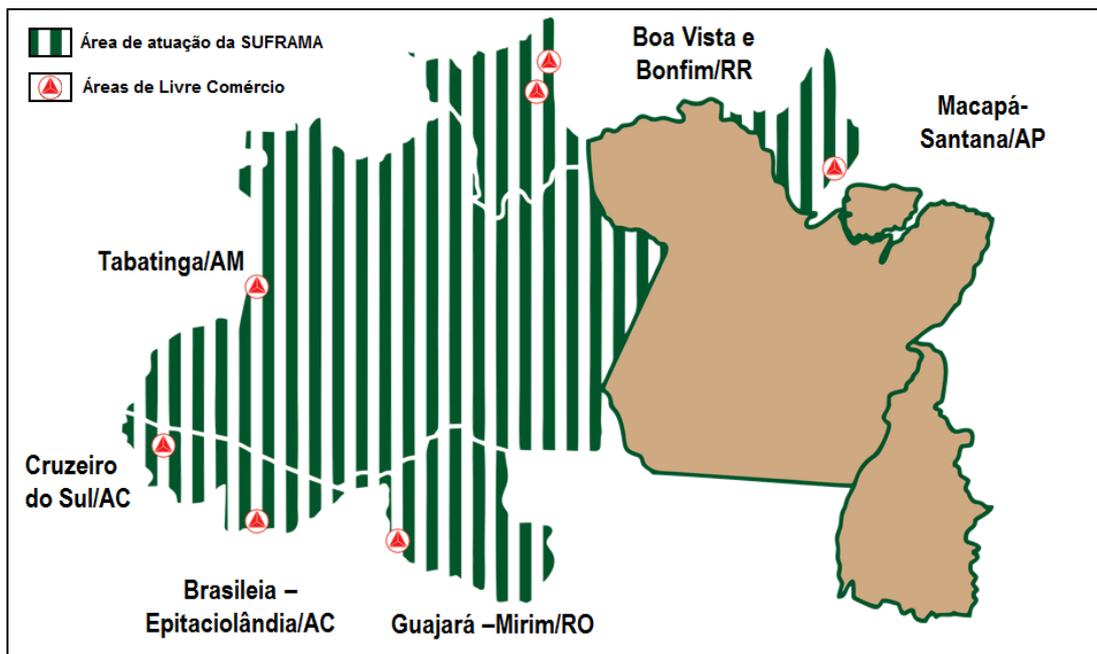
Assim, o PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia surge em decorrência de críticas sofridas pelo projeto POLONOROESTE. Esse plano, por sua vez, impôs uma divisão clara das regiões que seriam privilegiadas com políticas de desenvolvimento para o setor primário e aquelas destinadas às políticas ambientais. A região que mais contribuiu em relação à política ambiental foi a cidade de Guajará-Mirim. O município apresenta quase a sua totalidade, aproximadamente 92% de seu território, sob a forma de unidades de conservação da natureza e terras indígenas. Para compensar o nível de desigualdade em relação ao desenvolvimento, na década de 1990 foi criada a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, sob a gerência da SUFRAMA, que possuía como objetivo estimular o desenvolvimento da região a partir de uma política de incentivos fiscais. Apesar dos esforços, a abertura do comércio brasileiro para os produtos estrangeiros, culminou em um duro golpe para a região que, já vivenciava um longo período de crise econômica desde a Crise da Borracha (CAVALCANTE, 2011).

A criação da Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio e regiões do Brasil, foi um benefício para o desenvolvimento desta região, onde Governo procurou equilibrar o atraso no avanço desta região para com as outras através da concessão de benefícios fiscais, pois através dos benefícios as grandes indústrias se deslocavam para essas áreas, gerando assim desenvolvimento no local. Destaca-se que a implantação dos incentivos na região norte foi devida à estagnação do ciclo da borracha, assim o governo procurava novamente alavancar o desenvolvimento da região atraindo grandes empresas para esta região com a concessão destes benefícios fiscais (SUFRAMA, 2014).

As Áreas de Livre Comércio (ALCs) foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Atualmente, existem sete ALCs, localizadas nos Municípios de Tabatinga, no Estado do Amazonas; de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Macapá-Santana, no Estado do Amapá; de Brasileia, com extensão para o Município de Epitaciolândia e de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; e, finalmente, Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima (SUFRAMA, 2014).

Figura 1 – Mapa das Áreas de Livre Comércio e Atuação da SUFRAMA



Fonte: SUFRAMA, 2014

Em dados obtidos com a SUFRAMA (2014), verificou-se que o governo federal por intermédio da Lei federal nº 8.210, de 19 de julho de 1991 criou no município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, uma área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo noroeste daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana, com o prazo de vigência de 25 anos, a partir de sua publicação.

O Decreto nº 843, de 21 de junho de 1993 regulamentou a Lei supramencionada estabeleceu os limites da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), assim como definiu a administração a cargo da SUFRAMA que deverá promover e coordenar sua implantação, sendo, inclusive, no que couber à ALCGM, a legislação pertinente à Zona Franca

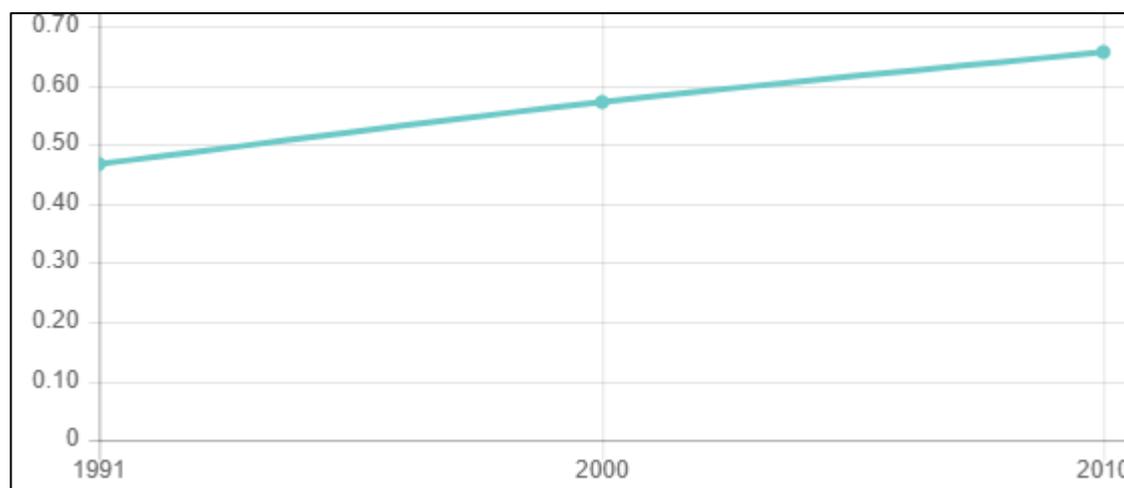
de Manaus, com suas alterações e respectivas disposições complementares. Por meio do art. 3º da Lei nº 13.023, de 8 de agosto de 2014, as isenções e os benefícios das Áreas de Livre Comércio foram prorrogados até 31 de dezembro de 2050 (SUFRAMA, 2014).

Segundo Batista (2018) as atividades secundárias relativas à transformação da matéria prima, no caso, a indústria, requerem em sua base três situações conjuntas: proximidades dos mercados consumidores ou viabilidade econômica na logística de transporte para estes; acesso às matérias primas a serem transformadas; e mão de obra qualificada. Em seu estudo observou-se que a região de Guajará Mirim não apresenta as duas primeiras condições (proximidade a mercados consumidores e facilidade de acesso a matérias primas tradicionais), ocasionando que políticas de instalação de empresas tenham maior dificuldade de sucesso.

Vale ressaltar que crescimento populacional e economia estão diretamente relacionados devido às necessidades de trabalho e renda, pois áreas estagnadas ou deprimidas economicamente têm características que repelem a população. Dessa forma, equilibrar o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade ambiental é fator crítico atual para a região, até porque o empobrecimento da população leva a outros tipos de problemas ambientais de ordem da qualidade de vida, inclusão social, entre outros (BATISTA, 2018). Portanto, nesse tipo de cenário há necessidade de se estimular a investigação dos fatores que afetam a amplitude e a complexidade das interdependências entre organizações, particularmente por meio da utilização de um recorte analítico baseado no conceito de redes de cooperação.

O município apresenta um crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir da vigência da ALC.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano a partir da vigência da ALC



Fonte: IBGE, 2015

Entre 2000 e 2010, o IDH passou de 0,573 em 2000 para 0,657 em 2010, havendo uma taxa de crescimento de 14,66%. A distância entre o IDH do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 80,33% entre 2000 e 2010. Entre 1991 e 2000, o IDH passou de 0,468 em 1991 para 0,573 em 2000, houve uma taxa de crescimento de 22,44%. e 2010. De 1991 a 2010, o IDH do município passou de 0,468, em 1991, para 0,657, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 40,38% para o município (IBGE, 2015).

Dessa maneira, com base na importância econômica e social que esta rede representa para o setor produtivo de Guajará-Mirim verificou-se que os condicionantes responsáveis por sua consolidação ganharam relevância, podendo esses resultados inspirar a definição de objetivos estratégicos que levem à consolidação dessa rede colaborativa. No próximo tópico serão apresentados os resultados da análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Guajará Mirim, o crescimento populacional entre 2000 e 2010 foi de 8,67%, contudo foi maior na área rural (22, 31%) que na área urbana (6,17%), fato que está na contramão da tendência nacional, que é de urbanização. Isto porque o potencial gerador de empregos na área urbana não se alterou nos últimos anos e apesar das restrições ecológicas no município, o desmatamento aumentou 19,17% (IBGE, 2015).

Nas observações de campo realizadas por Batista (2018), as características da paisagem de Guajará-Mirim denotam atividades de baixa tecnologia e baixo retorno econômico. Observou-se que a quantidade de famílias em alguns casos fica abaixo da capacidade porque a possibilidade de permanência neste tipo de assentamento requer o uso de técnicas menos degradadoras do meio natural. Este cenário colaborou para que o município não apresente grandes atrativos ao crescimento populacional por meio dos movimentos migratórios nas áreas rurais; isto porque a atividade primária do tipo agropecuária tradicional não tem grandes possibilidades de expansão, embora esteja presente.

Decorrente de todo processo histórico e socioeconômico chega-se a números que após contextualização são mais fáceis de serem interpretados. O produto interno bruto (PIB) de Guajará-Mirim é de R\$14.711,46 per capita. No *ranking* estadual o município (tabela 1) encontra-se na 9ª posição dentre 52 municípios do estado de Rondônia (IBGE, 2015). No que diz respeito sobre a participação dos setores da economia no PIB, verifica-se 6,38% para a

agropecuária, 5,60% para indústria, 49,73% para serviços e 38,29% para a administração pública (IBGE, 2015).

Tabela 1 – Dez maiores PIBs dos municípios de Rondônia

Municípios	PIB (mil reais)	Participação Relativa (%)	Participação Relativa acumulada em (%)	Ranking 2014
Rondônia	34.030.981,97	100	-	-
Porto Velho	12.609.917,95	37,05	37,05	1°
Ji-Paraná	2.684.653,47	7,89	44,94	2°
Vilhena	2.168.425,75	6,37	51,31	3°
Ariquemes	1.967.587,04	5,78	57,10	4°
Cacoal	1.695.899,98	4,98	62,08	5°
Jaru	1.131.276,49	3,32	65,40	6°
Rolim de Moura	1.015.123,57	2,98	68,39	7°
Pimenta Bueno	852.455,00	2,50	70,89	8°
Guajará-Mirim	667.538,86	1,96	72,85	9°
Ouro Preto do Oeste	609.267,75	1,79	74,64	10°

Fonte: SUFRAMA (2014).

O município possui de área o total de 24.855,652 km², estando a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim delimitada a uma área contínua de 82,50km², conforme Lei 8.210/1991. Em termos percentuais, a ALCGM representa 0,33% do município de Guajará-Mirim. Inversamente proporcional está a importância socioeconômica da ALCGM para a dinâmica da atividade comercial do município, partindo-se do ano de 2013 foram identificadas 335 empresas comerciais, 11 empresas de serviços e 6 empresas industriais, que fazem uso dos incentivos fiscais desta área de livre comércio (SUFRAMA, 2014).

Por força da Lei n.º 8.210/91 e seu Decreto de regulamentação n.º. 843/93, os incentivos fiscais como IPI, PIS/COFINS, promovem sobremaneira uma maior relação comercial com o mercado nacional e não com o mercado exterior. As compras do exterior (importação) representam menos de 1% do que é efetivamente adquirido do mercado nacional. Assim, tomando como ponto de partida o volume de compras nacionais com a compra por região, verificou-se que a região sudeste é o maior fornecedor de produtos para Rondônia, e por consequência, para Guajará-Mirim, razão pela qual pode-se buscar o caminho para produzir partes desses produtos na região (SUFRAMA, 2014). Sobre as importações do mercado de Guajará-Mirim, a Bolívia fornece basicamente uma pauta restrita de produtos provenientes de madeira, e afins.

Ao se observar as exportações do estado de Rondônia durante o primeiro semestre de 2018 verificou-se que os dois itens com maior peso na balança comercial são o arroz e a

castanha-do-pará. Além disso, verificou-se que a Bolívia é o país que mais recebe os produtos exportados do estado. Enquanto às importações do estado há forte dependência da farinha de trigo e peças de motocicletas (MDIC, 2018). Cabe nessa situação analisar o que pode ser amenizado com a estruturação da economia local e que de fato está sendo aproveitado na questão de benefícios fiscais provenientes de uma Área de Livre Comércio em Guajará-Mirim. Se observa a importância da rota pelo Pacífico em reação às importações asiáticas.

A partir dos dados apresentadas foi possível dimensionar o potencial de mercado interfronteiriço de Guajará-Mirim. Em tese, já existe um convênio firmado desde 2007, porém há uma carência de infraestrutura portuária. O Porto Seco ou mesmo Porto de Guajará-Mirim, não atende às exigências socioeconômicas, fiscais e legais quando se fala em segurança de fronteira. Por isso, o governo federal para estimular o desenvolvimento socioeconômico das áreas de livre comércio, criou a Zona Franca Verde pela Lei nº 11.898/2009, regulamentada pelos Decretos nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015, e nº 6.614, de 28 de outubro de 2008. Essa lei também isenta do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) nas ALCs de Tabatinga, no Estado do Amazonas; Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; Brasileia/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; e Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima (SUFRAMA, 2014). Segundo a SUFRAMA (2014), há isenção do imposto sobre produto industrializado (IPI) para produtos cuja composição ocorra preponderância de matéria-prima regional, de origem vegetal, animal ou mineral, resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Ocidental e Estado do Amapá. O objetivo é estimular de forma responsável a industrialização, de modo a garantir a sua preservação e, ao mesmo tempo, valorizar o aproveitamento de sua biodiversidade, contribuindo para que a matéria-prima regional se torne a base para o desenvolvimento sustentável, com produção de alto valor agregado e garantia de geração de emprego e renda.

Além dos incentivos que o setor agroindustrial recebe da SUFRAMA, essa mesma instituição participa de outros projetos. Após o Seminário da sócio biodiversidade, ocorrido em agosto de 2013, passou-se a buscar estruturação para a produção de óleo da Castanha; industrialização da polpa do abacaxi; industrialização do açaí e couro do Pirarucu. Adicionalmente, também foi apresentada à equipe técnica desta instituição o plano de ação para revitalização da cultura do abacaxi em Guajará-Mirim-RO. Momento em que se destaca a elaboração do projeto pela associação dos produtores, que busca o aporte de recursos no montante de R\$ 840 mil. Na mesma esteira encontra-se o Projeto quintal produtivo sustentável

no montante de R\$ 50 mil para a Comunidade Indígena Linha 10 do Bom Sossego, com o objetivo de capacitar a comunidade em gestão ambiental e tecnologias sustentáveis como agroecologia, saneamento ambiental, associativismo e cooperativismo (SUFRAMA, 2014).

Confrontando os dados levantados com a teoria de redes de cooperação (KENT, 1991; MERCHANT; SCHENDEL, 2000; MOWERY *ET AL.*, 1996), verificou-se que houve motivos e condições necessárias para que as organizações integrantes da rede estudada no município de Guajará-Mirim adotassem ações cooperativas. Foi observado que as alternativas estratégicas propostas pela formação dessa rede buscam a sobrevivência empresarial. Possui um formato que configura uma estrutura organizacional que rompe com modelos ortodoxos de organização, baseando-se em relacionamentos interorganizacionais dinâmicos e complexos (FRANCO, 2007; RING; VAN DE VEN, 1994).

Evidenciou-se que o processo de consolidação da rede de cooperação baseia-se em um conjunto de interações sistemáticas de aprendizagem entre os atores presentes em seu contexto de inserção, ou seja, a SUFRAMA, e as empresas incentivadas. Isso permitiu uma formatação padronizada de conhecimentos perante exigências do processo de aprendizagem necessário para a consolidação das atividades entre seus participantes. Um dos principais problemas da rede de cooperação na área de livre comércio de Guajará-Mirim reside na dificuldade de encontrar um meio de mitigar o confronto entre estratégias individuais e estratégias coletivas.

Existe um elevado nível de complexidade no relacionamento destas empresas, é previsto dificuldades para a consecução dos objetivos coletivos da rede de cooperação produtiva. Na prática, os ganhos sociais e econômicos advindos dos incentivos fiscais refletem no nível micro, que concretizado as operações de forma efetiva irão pôr em funcionamento as estratégias do modelo de desenvolvimento social e econômico em vigor na Região Amazônica. O Parque agroindustrial de Guajará-Mirim ainda é insipiente quando comparado aos grandes produtores, como os da região centro-oeste, por exemplo. Porém o que se reconhece é que se existe redes de colaboração no município agrupadas na tentativa de se desenvolver um Arranjo Produtivo Local (APL), cuja evolução depende da a comunicação entre seus componentes, SUFRAMA, Associação comercial, industrial e serviços, prefeitura, produtores locais e instituições de ensino como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Seus integrantes possuem enfoque coletivo, comportando-se de maneira dinâmica para sobrevivência econômica em zona de fronteira.

Vale mencionar que Cavalcante e Alves (2012), em seu estudo sobre índices de cooperação e *empowerment*, identificou forte relação do setor empresarial local com o aspecto político. Assim, no município de Guajará-Mirim se observa forte dependência política. Prevalece o enfoque voltado para o processo de formação e estruturação dos arranjos cooperativos. Dessa maneira, as redes podem ser consideradas entidades complexas, definidas como um arranjo único, no caso, no formato de um APL, cuja continuidade depende da coerência entre os objetivos de seus componentes.

Seguindo o raciocínio de Cassiolato e Lastres (2003), que propõem uma tipologia para arranjos produtivos locais, as redes de cooperação existentes no município podem evoluir. Pois, foi identificada no município de Guajará-mirim uma aglomeração territorial de agentes econômicos, políticos e sociais, que possuem foco em um conjunto específico de atividades econômicas que criam vínculos consistentes resultando em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial para gerar o incremento da capacidade de criar condições que permitem a geração de inovações no interior delas mesmas. Logo, essa discussão poderá fomentar novos estudos relacionados a agroindústria em região de fronteiras ou até mesmo ampliar os debates em relação à ALCGM.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo descrever os condicionantes do processo de consolidação da rede de cooperação da agroindústria da cidade de Guajará-Mirim com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. Verificou-se que embora haja uma dificuldade inicial, em razão de objetivos comuns os componentes convergem para a formação de um Arranjo Produtivo Local, pois são altamente orientados por questões políticas.

Desse modo, contribui-se para o debate que envolve a relação que existe entre o Estado e a sociedade civil nas instâncias governamentais responsáveis pelo atendimento das demandas apresentadas pela sociedade. Está claro em todo o processo que a função da sociedade não é, de maneira alguma, substituir o papel do Estado, mas sim torná-lo competente e obrigá-lo a funcionar de maneira a atender, satisfatoriamente, aos anseios e necessidades de sua população.

Assim, este trabalho enseja abrir um leque de investigações futuras que possam abranger outros aspectos acrescentando novos elementos à compreensão do processo de formulação e gestão de políticas públicas. Com base nas perspectivas acima mencionadas e retomando os

questionamentos iniciais, pode-se dizer que a edição da Lei nº 6.316/2009 inovou o cenário legislativo brasileiro, ao ampliar o rol de isenções tributárias às modalidades que não foram contempladas por dispositivos anteriores. Esta possibilidade desponta novas perspectivas de atuação para as cidades que serão envolvidas com o novo dispositivo legal. Novas perspectivas

econômicas poderão ser criadas nessas regiões, por meio da instalação de empresas e indústrias.

A fronteira tem ganhado destaque na pauta do governo federal brasileiro, principalmente no que diz respeito às políticas públicas que remetem a um sentido integrativo e aos esforços de cooperação com países vizinhos, promovendo uma ação coordenada e uma visão positiva para a região.

Concluiu-se que o parque agroindustrial de Guajará-Mirim ainda é insipiente quando comparado aos grandes produtores. Mas se reconhece que existe redes de colaboração no município agrupadas na tentativa de se desenvolver um Arranjo Produtivo Local (APL), cuja evolução depende da comunicação entre seus componentes, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Associação comercial, industrial e serviços, prefeitura, produtores locais e instituições de pesquisa como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

REFERÊNCIAS

ATOUBA, Y.; SHUMATE, M. Interorganizational networking patterns among development org;anizations. **Journal of Communication**, v. 60, n. 2, p. 293-317, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229978333_Interorganizational_Networking_Patterns_Among_Development_Organizations>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 8, n. spe, p. 203-227, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000500011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BATISTA, J. F. Identidades em construção: formação populacional de Rondônia. Nossa gente, nossa terra: uma contribuição à história e geografia de Rondônia. 1ed. Porto Velho: Gráfica e Editora Imediata, 2018, v. 1, p. 35-48.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BEINTEMA, N.; AVILA, F.; FACHINI, C. Brazil: new developments in the organization and funding of public agricultural research. **International Food Policy Research Institute (IFPRI)/Brazilian Agricultural Research Corporation**. ASTI country note, Washington, DC/Brasilia, 2010. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/publication/brazil-0>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRITO, E. P. Z.; SAMBIASE, M. F.; FERREIRA, F. C. M.; SILVA, A. A. **The effect of uncertainty and cooperative behaviour on operational performance: evidence from brazilian firms**. **Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 10, n. 2, p. 71-84, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/48186/the-effect-of-uncertainty-and-cooperative-behaviour-on-operational-performance--evidence-from-brazilian-firms>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CAMARGO, F. A. O.; SILVA, L. S.; MERTEN, G. H.; CARLOS, F.S.; BAVEYE, P.C.; TRIPLETT, E.W. **Brasilian agriculture in perspective: great expectations vs reality**. In: SPARKS, D. L. (Org.). *Advances in Agronomy*, v. 141, 2017 p. 54-111. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0065211316301092>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CARRÃO, A. M. R. **Cooperação entre empresas de pequeno porte em pólos industriais: um estudo comparativo**. **Revista de Administração**, v. 39, n. 2, p. 186-195, 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/16793/cooperacao-entre-empresas-de-pequeno-porte-em-polos-industriais--um-estudo-comparativo>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **O foco em Arranjos Produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: TRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CAVALCANTE, F.R.C. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglass North**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará,

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, NAEA, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2011/F%C3%A1bio%20Robson%20Casara%20Cavalcante.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CAVALCANTE, F. R. C.; ALVES, E. A. O índice de capital social empresarial (ICSE) na área de livre comércio de Guajará-Mirim, Rondônia: uma análise a partir da teoria do desenvolvimento endógeno. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v.4, n.2, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/492/555>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DELGADO, N.G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do do meio rural. **Nov. Cad. NAEA**, v.15, n.1, p. 85–129, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/868>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scr. Nova**, v. 3, n. 218, p. 59–81, 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019. FRANCO, M. J. B. Tipologia de processos de cooperação empresarial: uma investigação empírica sobre o caso português. **RAC**, v. 11, n. 3, p. 149-176, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552007000300008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 mar. 2019.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola no Brasil. **Confins**, Paris, n.17, p. 1–17, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/8153>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André. (Org.). *Práticas Inovadoras na formação de professores*. 1ed.Campinas: Papyrus Editora, 2016, v. 01, p. 35-48.

HATCH, M.J. **Organization Theory: Modern, Symbolic and Postmodern perspectives**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1997.

JARILLO, C. On Strategic Networks. **Strategic Management Journal**, v. 9, n. 1, p. 31- 41, jan./ febr. 1988. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.4250090104>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Panorama da cidade de Guajará-Mirim**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajaramirim/panorama>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

KENT, D. H. Joint Ventures vs. non-joint ventures: an empirical investigation. **Strategic Management Journal**, v. 12, n. 5, p. 387-393, 1991. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.4250120505>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

LEE, S. ; MONGE, P. The coevolution of multiplex communication networks in organizational communities. **Journal of Communication**, v. 61, n. 4, p. 758-779, 2011. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2011.01566.x>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MACHADO, L. O. et.al. **O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica**. In: OLIVEIRA, T.C.M. de (Org.). Território sem limites: estudo sobre as fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 87-112.

MARTES, A. C. B. et al. Fórum — redes sociais e interorganizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 10-15, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n3/v46n3a02.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MERCHANT, H.; SCHENDEL, D. How do international joint ventures create shareholders value? **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 7, p. 723-737, 2000. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1097-0266%28200007%2921%3A7%3C723%3A%3AAID-SMJ114%3E3.0.CO%3B2-H>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MILES, R.E.; SNOW, C.C. Causes of failure in network organizations. **California Management Review**, Berkeley, CA, v. 34, n. 4, p.53 - 71, jun./set. 1992. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41166703>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República federativa do Brasil. **Intercâmbio comercial brasileiro: Países e blocos**. Brasília: disponível em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. República federativa do Brasil. **Estatísticas de comércio exterior DEAEX**, Brasília: 2015, disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

MOWERY, D. C.; OXLEY, J. E.; SILVERMAN, B. S. Strategic alliances and interfirm knowledge transfer. **Strategic Management Journal**, v. 17, Special Number, p. 77-91, Winter 1996. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.4250171108>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MÜLLER-SEITZ, G.. Leadership in interorganizational networks: a literature review and suggestions for future research. **International Journal of Management Reviews**, v. 14, n. 4, p. 428-433, 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2370.2011.00324.x>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

NASSER, R. M.; MORAES, R. F. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror : reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. In.: SOUZA, A. M. (Org.). Brasília: Ipea, 2014. 186 p.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs), *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*, São Paulo, Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OTT, A. M. T. **Notas etnográficas sobre uma reunião do conselho distrital de saúde indígena de Porto Velho**. In: Walterlina Brasil. (Org.). Desenvolvimento regional e meio ambiente em Rondônia. Porto Velho: EDUFRO, 2008, v. 1, p. 199-216.

PAES-DE-SOUZA, M. ; SILVA, T. N.; PEDROZO, E. A.; SOUZA FILHO, T. A. O Produto florestal não madeirável (PFNM) amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v.3, n.2, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/viewFile/198/231>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PARK, S. H.; UNGSON, G. R. The effect of national culture, organizational complementarity, and economic motivation on joint venture dissolution. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 279-307, 1997. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/profile/Seung_Park8/publication/265357239_The_Effect_of_National_Culture_Organizational_Complementarity_and_Economic_Motivation_on_Joint_Venture_Dissolution/links/5513afad0cf2eda0df30286f.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

PEREIRA, M. F. **Evolução da fronteira tecnológica múltipla e a produtividade total dos fatores do setor agropecuário brasileiro de 1970 a 1996**. 1999. 230 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/30362314.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2019.

POLETTO, C. A.; ARAUJO, M. A. D.; MATA, W. Gestão compartilhada de P&D: o caso da Petrobras e a UFRN. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1095-1117, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000400009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 mar. 2019.

POWELL, W. W. Learning from collaboration: knowledge and networks in the biotechnology and pharmaceutical industries. **California Management Review**, v. 40, n. 3, p. 228-240, 1998. Disponível em: < https://woodypowell.com/wp-content/uploads/2012/03/7_Learningfromcollaboration.pdf >. Acesso em: 22 mar. 2019.

RADA, N.; VALDES, C. Policy, technology and efficiency of Brazilian agriculture.

ERR-137, U.S. Department of Agriculture. **Econ. Res. Rep.**, n. 137, p. 43, 2012.

Disponível em: <

https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/44992/28920_err137.pdf?v=0>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RING, P. S.; VAN DE VEN, A. H. Developmental processes of cooperative interorganizational relationships. *The Academy of Management Review*, n.19, v.1, p. 90-118.

1994.

Disponível

em:

<https://www.jstor.org/stable/258836?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SANTOS, G.A.G.; DINIZ, E.J.; BARBOSA, E.K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 11, n. 22, p.151-179, dez. 2004.

Disponível

em:

<

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8176/2/RB%2023%20Aglomera%C3%A7%C3%B5es%20Arranjos%20Produtivos%20Locais%20e%20Vantagens%20Competitivas%20Locacionais_P_BD.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SIRMON, D. G. et al. Capability strengths and weaknesses in dynamic markets: investigating the bases of temporary competitive advantage. **Strategic Management Journal**, v. 31, n. 13,

p. 1386-1409,

2010.

Disponível

em:

<

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/smj.893>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SPOLADOR, H.F.S.; ROE, T.L. The role of agriculture on recent Brazilian economic growth: how agriculture competes for resources. **Dev. Econ.**, n. 51, 333–359, 2013.

Disponível em:<https://ageconsearch.umn.edu/record/125822/files/Iaae_2012.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

STEENSMA, H. K. et al. The influence of national culture on the formation of technology alliances by entrepreneurial firms. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 5, p. 951-

973,

2000.

Disponível

em:

<https://www.jstor.org/stable/1556421?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim/RO – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento.** Coordenação geral de estudos econômicos e empresariais: SUFRAMA. (Org.). 1ª ed. v. 2, Manaus: SUFRAMA, 2014.

THOMPSON, G. F. **Between hierarchies and markets:** the logic and limits of network form of organization. Nova York: Oxford University Press, 2003.

TURRINI, A. et al. Networking literature about determinants of network effectiveness. **Public Administration**, v. 88, n. 2, p. 528-550, 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9299.2009.01791.x>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ZAJAC, E.J.; Olsen, C.P. From Transaction Cost to Transaction Value Analysis: Implications for the Study of Interorganizational Strategies. **Journal of Management Studies**, v. 3, p. 131–45, 1993. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6486.1993.tb00298.x>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ZANCAN, C. et al . Condicionantes de consolidação de redes de cooperação interorganizacional: um estudo de caso sobre o Rio Grande do Sul. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 647-669, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/2410/241027549006/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.